

O Orçamento de Estado para 2018 e o Sector Empresarial do Estado

No dia 27 de Novembro foi aprovado na Assembleia da República o Orçamento de Estado para 2018. É um Orçamento que reflecte a nova situação política criada após as eleições de Outubro de 2015: é um orçamento de um Governo PS (com a submissão aos critérios e opções impostas pelo grande capital que isso tem implicado) e é um Orçamento que reflecte a acção, proposta e luta do PCP e dos trabalhadores, materializada num conjunto de avanços.

Importa desde logo destacar que com este Orçamento de Estado **acaba a proibição de valorizações remuneratórias no Sector Empresarial do Estado (SEE)**, restrições que ficam limitada aos prémios de desempenho e afins. Isto não implica nenhum aumento salarial automático, mas **abre novas possibilidades** para o desenvolvimento da luta por aumentos salariais que possam impedir que os trabalhadores do SEE cheguem a 2019 com os salários de 2009.

É preciso valorizar ainda que, muito por força da acção do PCP, este Orçamento se traduzirá numa **recuperação de rendimentos para os trabalhadores do SEE**: porque também beneficiarão da **redução da carga fiscal sobre todos** os trabalhadores via IRS (apesar de ainda se estar longe de recuperar do saque fiscal imposto aos trabalhadores depois de 2011); porque em Janeiro de 2018, com a plena efectividade da contratação colectiva, passarão a receber **os restantes 50% de todas as diuturnidades, anuidades e progressões devidas**. Como a proposta apresentada pelo Governo incluía uma alínea (Artº 21º, alínea b) que congelava o subsídio de refeição, e essa alínea foi rejeitada por proposta do PCP, daqui resulta que as empresas não só **terão de pagar os aumentos do subsídio de refeição já negociados, como poderão ser negociados novos**.

Mas o Orçamento de Estado para 2018 continua a ter por base uma opção errada, resultante das imposições da União Europeia e da opção do PS de se submeter a estas: **as restrições à contratação de trabalhadores no Estado**, uma opção que é responsável pela falta de resposta operacional de cada vez mais vertentes do sector público e da administração pública, uma opção promotora da precariedade, da subcontratação, da privatização e concessão de serviços. Mas por proposta directa do PCP e como resultado da luta dos trabalhadores, foi possível fazer aprovar um conjunto de alterações à proposta inicial do Orçamento de Estado, que vão permitir, pelo menos num conjunto de sectores, travar com sucesso a luta pela contratação dos trabalhadores em falta:

– Foi aprovada um artigo novo, apontando para a **«contratação de trabalhadores e suprimento das necessidades permanentes nos serviços públicos»** onde se aponta que **até 31 de Março** devem ser abertos os procedimentos concursais, «com carácter prioritário e sem prejuízo de outras medidas a tomar ou já em curso, nos vários sectores e serviços da Administração Pública e Setor Empresarial do Estado, nomeadamente na saúde, na educação, **nos transportes**, na cultura, na justiça, nas forças e serviços de segurança, nas forças armadas, na Segurança Social e nas atividades inspetivas, incluindo a Autoridade para as Condições de Trabalho, e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego».

– Foi aprovado **o fim das cativações** nas principais verbas para investimento na saúde, educação e **transportes**, que passam a ficar integralmente disponíveis. Estas verbas, essenciais à qualidade dos serviços públicos prestados, deixam de depender de autorização do Ministério das Finanças para poderem ser utilizados nos investimentos, em escolas, hospitais, centros de saúde, equipamentos, transportes e vias.

– Foram aprovados novos artigos que **asseguram a autonomia administrativa e financeira às empresas públicas na execução orçamental** relativamente à contratação de trabalhadores, outras despesas correntes e na execução orçamental relativa ao investimento, procurando-se não só salvaguardar a autonomia administrativa e financeira das empresas públicas, mas, sobretudo, eliminar impedimentos e bloqueios que muitas vezes impedem a execução das próprias rubricas orçamentais.

Sobre as verbas para as diferentes empresas do SEE, a proposta de Orçamento de Estado **apresenta, por norma, valores inferiores aos necessários e inferiores aos pedidos pelas próprias administrações**. É mais uma vez uma opção errada, que se traduzirá em desnecessárias dificuldades para melhorar a resposta operacional das empresas. O Governo colocou centenas de milhões de euros nos Orçamentos do Metropolitano de Lisboa e do Porto para garantir o pagamento dos contratos «swap» com o Santander, que o anterior governo protelou e este aceitou pagar, mas não aceitou as propostas do PCP de aumentar nalgumas dezenas de milhões de euros as verbas orçamentadas para o funcionamento operacional das empresas como o Metropolitano de Lisboa. Mais uma vez, o Governo optou por privilegiar a especulação financeira (recordamos que uma «swap» é uma aposta especulativa) em detrimento das necessidades do país e do seu desenvolvimento.

O PCP, consciente de que este não é o Orçamento necessário ao país e à política alternativa que se impõe, **votou a favor do Orçamento de Estado**. Por considerar que ele incorpora importantes avanços resultantes da proposta do PCP e da luta dos trabalhadores. E por considerar igualmente que ele cria as condições para, **através da luta, da proposta e da acção organizada**, os trabalhadores conseguirem durante o ano de 2018 satisfazer muitas das suas mais justas reivindicações, como seja, no caso do Metropolitano de Lisboa, o fim do congelamento salarial e a urgente contratação dos trabalhadores em falta. **Podem continuar a contar com o PCP!**